

■ NACIONAL

Economia - Brasil

“Inadimplência não é culpa dos juros”

○ secretário Mendonça de Barros diz que o crédito foi excessivo e que, por enquanto, o desaquecimento é localizado

por Maria Aparecida Damasco de São Paulo

A equipe econômica monitora com cuidado especial quatro variáveis para definir o momento em que será possível reduzir as taxas de juro — e atender, assim, à reivindicação central do setor privado. É preciso acompanhar a extensão e a profundidade do desaquecimento da atividade econômica, a quantidade de estoques disponíveis na indústria e no comércio, o nível de recuperação do saldo comercial e a trajetória da inflação. Os parâmetros foram fixados na sexta-feira pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, num encontro promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF). “O governo reconhece que as taxas de juros estão altas”, afirmou Mendonça de Barros. “Mas não estão altas porque queremos e sim porque isso é indispensável.”

O secretário repetiu aos executivos financeiros os argumentos desfiados nos últimos dias por outros integrantes da equipe econômica — em particular, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan —, para responder à grita dos empresários contra juros altos. Ele insistiu que os juros não podem ser culpados pela atual onda de inadimplência, que já invadiu o comércio e ameaça se espalhar pela indústria. A última puxada nos juros teria começado em março e os sinais de inadimplência são visíveis desde janeiro. “Os juros são responsáveis por tudo o que acontece de ruim, até pela derrota do Corinthians”, ironizou.

A inadimplência, segundo o diagnóstico de Mendonça de Barros, é resultado direto do crédito excessivo que alavancou as vendas nos últimos meses. “Tem muito novato no mercado”, disse ele, “atirando em várias direções: das falsas empresas de fac-



José Roberto Mendonça de Barros

toring aos consórcios de pessoas físicas formados apenas para o financiamento de cheques pré-datados. Crédito não é para principiante, exige técnica, informação, experiência e nariz”.

Outro “equívoco” de algumas análises da conjuntura econômica, para Mendonça de Barros, é qualificar de recessão o atual processo de desaquecimento da atividade econômica.

“É ridículo falar em recessão num país em que o PIB cresce 10,5%.” Essa taxa de crescimento, divulgada pelo IBGE, refere-se à comparação do primeiro trimestre com o mesmo período do ano passado. Mendonça de Barros revelou que, por enquanto, os sinais de desaquecimento são localizados — tanto por regiões como por setores. No Nordeste, por exemplo, a atividade já é mais fraca do que no restante do País. Nos mercados do interior, o quadro atual é marcado pela crise da renda agrícola — o outro lado da supersa-

rá. Há ainda uma questão adicional, na avaliação do nível da atividade econômica. As indústrias podem estar sentindo, agora, um baque nos negócios maior do que a demanda na ponta do comércio. É que os lojistas, depois do Dia das Mães, tratam de zerar os pedidos aos fornecedores, com o objetivo de aliviar os estoques e se

preparar para uma virada recessiva.

Mendonça de Barros acredita que é preciso esperar mais tempo para se avaliar até onde vai o desaquecimento. Garantiu, porém, que, se for excessivo, o governo vai promover os ajustes necessários para controlar o processo. Na sua opinião, o programa de estabilização é compatível com um crescimento do PIB da ordem de 4,5 a 5%.

Apesar da necessidade de uma calibragem fina da política econômica, nos próximos meses, o secretário é otimista quanto aos resultados do Plano Real. Ele recorre à comparação com o Plano de Ação Governamental (PAG) de 1965/67 — o mais bem-sucedido até agora — para comprovar que o Real vai bem. O PAG levou três anos para derrubar uma inflação anual de 90 para 30%, em condições mais favoráveis do que a atual: economia mais simples, dentro de um regime auto-

ritário, sem correção monetária e sem problema cambial.

O Real está sendo adotado num país com trinta anos de correção monetária, mais de dez anos de inflação de três dígitos, em plena democracia e ainda com fluidez partidária, que cria dificuldades para a negociação política — principalmente na reconstrução institucional, que é parte integrante de programas de estabilização. Por isso, ele pede paciência aos agentes econômicos, que normalmente são muito ansiosos em relação ao aparecimento de resultados concretos. “A estabilização é um processo lento, que envolve mais mudança de mentalidade do que mudança de números”, adverte.

Mendonça de Barros é particularmente otimista em relação à reversão do quadro desenhado no início do ano — quando o “evento México” e o excesso de demanda deixaram às claras a vulnerabilidade do

balanço de pagamentos do País e a fragilidade do controle da inflação. São dessa época previsões catastróficas sobre perdas de reservas e sobre a alta da inflação para 4 a 5% ao mês.

No front externo, “o anjo da guarda ajudou”, disse Mendonça de Barros. A queda dos juros nos Estados Unidos e a desvalorização do dólar frente a outras moedas permitiram a retomada do interesse dos investidores pelos países emergentes. No final de março, o Brasil já conseguia rolar eurobônus e, agora, já se esboça um movimento de colocação de novos papéis. Mendonça de Barros apontou uma firme tendência de recuperação dos saldos da balança comercial e anunciou, para maio, um acúmulo de reservas da ordem de US\$ 2 bilhões.

As perspectivas da inflação também são positivas. A média dos índices está em 2 a 2,5% ao mês, mas a tendência é de queda, se-

gundo Mendonça de Barros. Para esse movimento, ele conta com a contribuição de uma queda nos preços de serviços — como aluguéis, restaurantes, encanadores, etc. —, desencadeada pelo desaquecimento da atividade econômica. A convergência entre o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice de Preços por Atacado (IPA), que só ocorre quando a demanda não está elevada, é uma variável importante, a ser acompanhada, para indicar a trajetória descendente da inflação. Mendonça de Barros afirmou ainda que a correção das tarifas públicas, na virada do primeiro ano do real, não deverá funcionar como uma forte pressão inflacionária. Sem dar pistas claras de como será esse processo — que faz parte da rodada de desindexação da economia, centro das discussões do governo —, ele garante apenas que não haverá repasse automático da inflação passada para as tarifas.